

Narrativas de Desinformação e Checagem de Fatos: A Disputa em Torno da Ilha do Marajó nas Agências Lupa e Aos Fatos¹

Aline Cristina Camargo²
Giovanna Eduarda Freitas Novaes³
Livia Maria Campesato Borgia⁴
Universidade Estadual Paulista - Unesp

Resumo

Este artigo analisa como as agências de checagem Lupa e Aos Fatos atuaram diante da disseminação de desinformação relacionada à Ilha do Marajó (PA). A partir de um corpus com 10 checagens, identificam-se padrões discursivos que reforçam pânicos morais e agendas político-religiosas, especialmente após declarações da senadora Damares Alves e da cantora Aymeê Rocha. Por meio da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), o estudo categoriza fontes da checagem e narrativas da checagem. A pesquisa dialoga com autores como Recuero (2024) e Wardle & Derakhshan (2017), destacando como sistemas desinformativos operam por meio da viralização emocional e da arquitetura algorítmica das plataformas digitais, fragilizando o debate público e a confiança nas instituições democráticas.

Palavras-chave

Desinformação; Checagem de fatos; Aos Fatos, Lupa, Ilha do Marajó.

Introdução

A Ilha de Marajó localiza-se no estado do Pará, região Norte do Brasil, e é considerada o maior arquipélago fluviomarinho do mundo. Apesar do grande apelo turístico, o local recentemente vem sendo alvo de exploração política e desinformação. Em 2022, a então Ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves (Republicanos-DF), denunciou relatos contra suposto esquema de exploração sexual infantil na ilha, sem apresentar nenhum tipo de prova. Damaris hoje atua como Senadora pelo Distrito Federal e já foi investigada pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre a propagação de informações falsas.

Um episódio também importante neste contexto ocorreu em fevereiro de 2024, quando, durante um reality show gospel, a cantora Aymeê Rocha trouxe à tona novamente a suposta situação da ilha. Após sua apresentação, a artista relatou o suposto abuso sofrido

¹ Trabalho apresentado no GP 03 Comunicação e Desinformação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Departamento de Jornalismo da FAAC/Unesp Bauru. Líder do Observatório da Opinião Pública na Arena Digital. E-mail: aline.c.camargo@unesp.br

³ Estudante de Jornalismo. Membro do Observatório da Opinião Pública na Arena Digital. E-mail: giovanna.novaes@unesp.br.

⁴ Estudante de Jornalismo. Membro do Observatório da Opinião Pública na Arena Digital. E-mail: lmc.borgia@unesp.br.

por crianças. Com a repercussão do vídeo, diversos artistas e influenciadores digitais passaram a compartilhar conteúdo falso ou descontextualizado nas redes sociais. Naquele mês, o termo “Ilha do Marajó” foi o assunto mais procurado no Google no Brasil. Segundo apuração da Agência Pública (agência de jornalismo investigativo independente), as notícias falsas foram propagadas através de conteúdos pagos por políticos bolsonaristas⁵.

A investigação a que se refere este artigo teve como objetivo analisar de que maneira as agências de checagem realizaram a cobertura dos ocorridos na ilha de Marajó, no contexto da desinformação. A primeira organização escolhida foi a Lupa⁶, agência pioneira especializada em checagem de notícias no Brasil. Fundada em 2015, começou como especialista em fact-checking, depois expandiu as atividades para o ensino de técnicas de checagem e sensibilização sobre os riscos da desinformação. A Agência Lupa busca corrigir informações imprecisas sobre economia, política, cultura, saúde e educação. Atua por duas frentes: jornalismo, com checagens, reportagens e verificações; e educação, com oficinas, treinamentos e pesquisas sobre desinformação e ações de educação midiática. Seu principal objetivo é expandir a discussão sobre as consequências da desinformação na sociedade e para a democracia.

A segunda é a Aos Fatos⁷, também fundada em 2015. A agência informa, principalmente, sobre o uso da tecnologia na propagação de desinformação política, e conta com uma equipe formada por jornalistas, cientistas de dados, especialistas em investigações digitais e programadores. Sua produção é baseada em uma metodologia rigorosa de apuração, utilizando em conjunto técnicas jornalísticas e tecnologia. A agência é signatária do código de conduta da IFNC (International Fact-Checking Network), que reúne iniciativas de checagem de fatos no mundo todo.

Síntese da bibliografia

Desinformação

Raquel Recuero (2024) argumenta que a desinformação deve ser compreendida não apenas como informação falsa, mas como parte de um fenômeno comunicacional

⁵ Disponível em: <https://apublica.org/2024/02/politicos-bolsonaristas-pagaram-para-impulsionar-denuncias-falsas-sobre-marajo/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

⁶ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

⁷ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

mais amplo, estruturado por dinâmicas complexas de produção, circulação e recepção de conteúdo. Ao citar Fallis (2009), a autora defende que a desinformação não precisa ser constituída exclusivamente por informações falsas: ela pode assumir a forma de uma informação parcial, descontextualizada ou mesmo verdadeira, desde que seja enquadrada de forma a causar confusão, engano ou manipulação: “Ela (*a desinformação*) teria seu problema, portanto, na construção de sentido. Ela se caracterizaria não pela falsidade, mas pela construção de uma percepção errada ou manipulada de uma realidade objetiva” (Recuero, 2024, p. 40).

A autora propõe que a desinformação deve ser vista como um conjunto de conteúdos diversos, com o objetivo de enganar, confundir e influenciar. Essa influência se dá principalmente na esfera pública, especialmente nas plataformas digitais, que funcionam como amplificadores desses discursos problemáticos. Assim, a desinformação ultrapassa os limites da falsidade factual e se configura como um processo de manipulação simbólica que afeta percepções, crenças e decisões sociais.

Essa poluição informacional, como destaca Recuero (2024), resulta em uma “desordem informacional”: um cenário no qual a distinção entre verdade e falsidade se torna cada vez mais difícil, comprometendo a capacidade da sociedade de tomar decisões bem-informadas e de sustentar um debate público saudável. Neste sentido, o conceito de sistema desinformativo vem à tona, entendido como um conjunto estruturado de atores, estratégias e plataformas que operam de maneira coordenada para produzir e disseminar desinformação.

Assim, a desinformação, como objeto, pode ser compreendida como uma informação problemática. Entretanto, o que faz, de fato, essa desinformação causar danos na sociedade, é um sistema. Sistema que, por sua vez, é composto por influenciadores, grupos organizados, *bots* e usuários que contribuem para a circulação de conteúdos enganosos. O sistema se aproveita das lógicas algorítmicas das redes sociais, que priorizam o engajamento e a viralização, para impulsionar narrativas falsas ou manipuladas.

O sistema desinformativo não é apenas um conjunto de ações isoladas, mas uma rede articulada que explora vulnerabilidades informacionais, cognitivas e emocionais dos usuários. Nesse sentido, ele atua diretamente sobre a construção social da realidade, moldando percepções e, às vezes, até direcionando comportamentos.

De acordo com Recuero (2024, p. 36), a desinformação nas redes sociais não depende apenas da falsidade factual, mas da forma como as mensagens são moldadas para gerar reações emocionais, fortalecer crenças e estimular o compartilhamento. A pesquisadora alerta que “os ambientes digitais são estruturados para favorecer o engajamento e, portanto, premiam conteúdos que geram reações emocionais intensas, como medo, indignação ou raiva”.

A lógica do engajamento torna a desinformação atraente: narrativas sensacionalistas, teorias da conspiração e informações distorcidas ganham destaque e se espalham de forma orgânica ou coordenada. Essa arquitetura incentiva a propagação de conteúdos desinformativos, pois eles frequentemente se encaixam nos formatos que maximizam o engajamento: manchetes sensacionalistas, simplificações excessivas e narrativas que apelam a emoções coletivas. Como afirmam Vosoughi, Roy e Aral (2018, p. 1146), “as informações falsas se espalham significativamente mais longe, mais rápido, mais profundamente e mais amplamente do que as verdadeiras”.

A desinformação não apenas distorce fatos, mas corrói pilares fundamentais das sociedades democráticas. Segundo Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017), uma das principais consequências da desinformação é a erosão da confiança pública em instituições tradicionais, como a mídia, o sistema judiciário, os órgãos de saúde e o próprio governo. Quando conteúdos falsos circulam de forma massiva, torna-se difícil para o cidadão médio discernir o que é verdadeiro ou falso, o que gera um ambiente de constante dúvida e desconfiança.

Outro impacto significativo é o aumento da polarização política e social. A desinformação frequentemente se ancora em vieses identitários, reforçando bolhas informacionais que reduzem o diálogo e incentivam o extremismo. Também contribui para a disseminação de preconceitos, alimentando, muitas vezes, narrativas xenofóbicas, racistas e misóginas.

Metodologia

Para a realização da investigação proposta, optou-se por adotar a análise de conteúdo, de Laurence Bardin (2016). A abordagem metodológica busca extrair significados de um conjunto de dados textuais ou visuais a partir de um processo sistemático e rigoroso. As etapas envolvem a pré-análise, a exploração do material, a codificação, a aplicação dos procedimentos de análise e a interpretação dos resultados.

Com o objetivo de verificar de que maneira as agências de checagem Lupa e Aos Fatos realizaram a checagem das informações relacionadas ao tema da Ilha de Marajó, a pesquisa coletou 10 checagens para compor a amostra e, com base na análise de conteúdo, propôs a discussão acerca de duas categorias de investigação, sendo elas: fontes da checagem e narrativas da checagem. Os resultados obtidos foram resumidos na tabela a seguir.

Tabela I - Categorias “Narrativas da Checagem” e “Fontes da Checagem”

Nº	Checagem	Narrativas da Checagem	Fontes da checagem
1 ⁸	Falsa nomeação de Xuxa e Lancellotti como embaixadores do Criança Esperança	“As peças, que circulam em meio a ataques às duas personalidades fazem uma série de alegações falsas ”	Unicef, Folha, UOL, Aos Fatos, G1
2 ⁹	Mulher morta por denunciar abusos no Marajó	“ Não é verdade que Maricélia Pereira Leal [...] foi morta depois de denunciar casos de abuso sexual infantil na Ilha de Marajó (PA)”	Polícia Civil, Portal LCJ, imprensa local
3 ¹⁰	Supostos abusos e tráfico no Marajó – Reality Gospel	“Apesar de o Marajó de fato registrar situações de violência contra crianças e adolescentes, parte das publicações virais usa desinformação e acusações não comprovadas para tentar gerar pânico”.	MPF, MP-PA, Datafolha
4 ¹¹	Vídeo de abuso infantil atribuído ao Marajó (gravado em MS)	“ Não foi registrado na Ilha de Marajó (PA) um vídeo que mostra um homem abusando sexualmente de uma criança em um barco.”	G1, MP-PA, Aos Fatos
5 ¹²	Performance musical e viralização de desinformação	“Show em reality gospel ressuscita denúncia sem provas de Damares sobre abuso infantil no Marajó”	MPF, MP-PA, Assembleia Legislativa do Pará

⁸ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-xuxa-padre-julio-lancellotti-embaixadores-crianca-esperanca/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

⁹ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-mulher-morta-amazonas-abuso-infantil-marajo/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

¹⁰ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/explicamos-abuso-infantil-marajo/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

¹¹ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/video-abuso-infantil-mato-grosso-sul-nao-marajo/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

¹² Disponível em: <https://www.aosfatos.org/bipe/musica-aymee-rocha-reality-gospel-damores-marajo/>. Acesso em 20 jun. 2025.

6 ¹³	Vídeo de crianças em porta-malas (Uzbequistão)	“Publicações nas redes usam um vídeo [...] para alegar que se trata de um caso de tráfico humano na Ilha de Marajó”	Aos Fatos, O Globo, Agência Pública
7 ¹⁴	Reforço da narrativa falsa sobre Maricélia Leal	“ É falso que mulher foi morta por denunciar abusos sexuais no Marajó”	Lupa, Polícia Civil do Amazonas
8 ¹⁵	MPF desmente denúncias de Damares sobre tráfico infantil	“Essas denúncias , entretanto, nunca foram comprovadas. ”	MPF, CGU, Lupa
9 ¹⁶	Estratégias de desinformação no pós-eleição	“A perseguição religiosa é a narrativa em destaque na extrema direita evangélica [...]”	Estadão, O Globo, InternetLab
10 ¹⁷	Histórico conspiratório de Damares Alves	Declarações infundadas sobre abuso, sexualidade e evolução.	Damares Alves

Fonte: elaboração própria.

Discussão dos resultados

As iniciativas de checagem de fatos têm ganhado destaque no combate à desinformação, especialmente em períodos eleitorais e diante de crises de saúde pública. Como observam Wardle e Derakhshan (2017, p. 62), essas práticas buscam “restaurar a confiança pública no jornalismo e fornecer correções pontuais para contrabalançar a poluição informacional”.

Apesar da ideia de que a eficácia da checagem de fatos é fundamental para o fortalecimento da democracia e da cidadania, é preciso considerar que ela não deve ser vista como uma solução absoluta. Também neste sentido, Teixeira e Martins (2020, p. 7) salientam: “A atuação dessas agências é importante, mas insuficiente se não estiver articulada a uma estratégia mais ampla de educação para a mídia”.

As análises realizadas revelam que as agências de checagem desempenham papel fundamental no enfrentamento à desinformação, especialmente quando esta se ancora em temas sensíveis como violência sexual contra crianças e tráfico humano. As fontes mobilizadas nas checagens — como Ministério Público Federal, Polícia Civil, veículos

¹³ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-video-carro-marajo-traffic-humano/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

¹⁴ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2024/03/12/e-falso-que-mulher-foi-morta-por-denunciar-abusos-sexuais-no-marajo>. Acesso em: 20 jun. 2025.

¹⁵ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2024/02/28/posts-fakes-e-sem-provas-sobre-marajo-voltam-a-ganhar-forca-nas-redes>. Acesso em: 20 jun. 2025.

¹⁶ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/10/21/bolsonaristas-recem-eleitos-estrategia>. Acesso em: 20 jun. 2025.

¹⁷ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/10/04/congresso-politicos-historico-desinformacao>. Acesso em: 20 jun. 2025.

jornalísticos e organismos internacionais — evidenciam o compromisso com a apuração rigorosa dos fatos. Destaca-se a relevância de instituições públicas e documentos oficiais no processo de checagem, conferindo maior credibilidade e respaldo às verificações.

A análise das fontes de checagem também revela um ecossistema diversificado e complementar que atua no enfrentamento à desinformação. Observa-se a presença recorrente de veículos jornalísticos tradicionais (como Folha, UOL, G1 e O Globo), agências especializadas em checagem (Aos Fatos, Lupa), além de instituições públicas como o Ministério Público Federal (MPF) e a Controladoria-Geral da União (CGU). Essa composição mostra que tanto o jornalismo profissional quanto órgãos institucionais têm desempenhado papel crucial na verificação de fatos e na desmontagem de narrativas falsas.

A predominância de determinadas fontes nas checagens, como o MPF e a CGU, demonstra que a desinformação que envolve figuras públicas e autoridades políticas exige respostas institucionais claras e articuladas. Ao mesmo tempo, a ausência de fontes locais em algumas verificações levanta questões sobre o apagamento de vozes do território afetado, como moradores da Ilha, por exemplo, e a importância de incorporar perspectivas regionais no processo de checagem. Essa lacuna pode enfraquecer a dimensão pedagógica do fact-checking ao distanciar a audiência da realidade vivida pelas populações diretamente envolvidas.

No entanto, observa-se que em parte significativa das checagens, as narrativas desinformativas não se baseiam apenas em conteúdos completamente falsos, mas em elementos descontextualizados, emocionalmente apelativos e de forte carga simbólica. Termos como “pedofilia institucionalizada” e “tráfico de órgãos” foram usados com grande apelo retórico, muitas vezes ancorados em discursos religiosos ou sensacionalistas. Essa estrutura narrativa favorece a viralização e dificulta o reconhecimento da falsidade por parte do público, pois mistura fatos com distorções simbólicas.

Quanto às narrativas da desinformação, destacam-se temas recorrentes relacionados a abusos sexuais, tráfico de crianças e perseguição religiosa, frequentemente associados a uma lógica sensacionalista e moralista. Casos como os que envolvem a Ilha de Marajó aparecem repetidamente, muitas vezes explorando imagens fortes e afirmações sem comprovação, que alimentam o medo e a indignação moral do público. Também se nota a instrumentalização de figuras públicas, como Damara Alves (Ministra da Mulher,

da Família e dos Direitos Humanos de 2019 a 2022 e Senadora, atualmente) na propagação dessas mensagens, que assumem um tom conspiratório e ideológico.

Por fim, o mapeamento das fontes e narrativas indica que o combate à desinformação demanda ações articuladas entre o jornalismo, instituições públicas e a sociedade civil. O fortalecimento das práticas de checagem, aliado à educação midiática e à responsabilização de figuras públicas que propagam boatos é fundamental para conter os danos dessas campanhas de desinformação, que afetam diretamente a confiança nas instituições e o acesso a informações verdadeiras sobre direitos humanos, violência e políticas públicas.

Algumas considerações

Por fim, os dados analisados mostram que as agências de checagem atuaram de forma reativa, buscando corrigir narrativas já disseminadas, mas enfrentam desafios estruturais frente à lógica das redes sociais, que favorecem conteúdos com maior carga emocional. A desinformação relacionada à Ilha do Marajó ilustra como sistemas desinformativos se articulam em torno de agendas políticas e morais, exigindo que o jornalismo de verificação se fortaleça não apenas como instrumento corretivo, mas também como ferramenta crítica de análise narrativa, diálogo territorial e enfrentamento da polarização informacional.

Além disso, nota-se que as peças de desinformação não apenas difundem fatos inverídicos, mas também se articulam com discursos políticos polarizadores, especialmente no contexto pós-eleitoral. A narrativa de perseguição à fé cristã, por exemplo, surge como recurso de mobilização de uma base conservadora, estabelecendo um conflito simbólico entre o “bem” e o “mal” e se apropriando de pautas morais para fins políticos. Essa conexão entre desinformação e capital político-ideológico evidencia a necessidade de um olhar mais atento para os impactos sociopolíticos dessas estratégias.

Do ponto de vista técnico, a checagem de fatos envolve um processo rigoroso de apuração, que ultrapassa a simples “captação” da informação. O profissional precisa avaliar a veracidade e a verossimilhança dos dados, confrontando versões e utilizando fontes documentais, como relatórios oficiais, bases de dados públicas, registros jurídicos, declarações oficiais, e também testemunhos. Isso significa que a checagem está ancorada em princípios jornalísticos, mas também depende de conhecimentos interdisciplinares, como fundamentos econômicos, históricos, sociais e tecnológicos.

“Em um ambiente com tais especificidades, o exercício de um jornalismo de qualidade depende, portanto, do estabelecimento de critérios capazes de garantir a confiabilidade do sistema de apuração, bem como do domínio, das técnicas adequadas para selecionar e hierarquizar informações diversas, com valor desigual e propósitos distintos” (Teixeira; Martins, 2020, p. 10).

Ademais, no ambiente digital contemporâneo, os desafios da apuração aumentam devido ao fluxo massivo de informações e à multiplicidade de fontes. A arquitetura das plataformas digitais, com algoritmos que priorizam o engajamento, e não a veracidade, impõe obstáculos à circulação de conteúdo confiável. Isso exige dos profissionais uma compreensão técnica e crítica das dinâmicas comunicacionais nas redes sociais e aplicativos de mensagens.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

FALLIS, D. **A conceptual analysis of disinformation**. In: Paper presented at the iConference 2009.

RECUERO, R. **A rede da desinformação**: Sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais. Editora Sulina, 2024.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018.

TEIXEIRA, J. F.; MARTINS, A. V. Fact-checking no combate às fake news sobre a COVID-19: um estudo exploratório das agências digitais de checagem de fatos contra a desinformação da pandemia. **Comunicação & Inovação**, v. 21, n. 47, 2020.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council of Europe, 2017.